



Declaração de Acordo com o Anexo I do CCP

1 — **Pedro Miguel Freitas Santos** portador do cartão de cidadão nº 10031729 4ZY1 e Contribuinte Fiscal n.º201157357, residente na Rua do Síndico, nº18, Costa do Valado, Aveiro, na qualidade de representante legal de **JOÃO SANTOS & COELHO, S.A.**, com número de identificação fiscal de pessoa colectiva 501725601 e sede na Zona Industrial de Taboeira, Esgueira, Concelho de Aveiro, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contracto a celebrar na sequência do Procedimento de “**Qualificação do Espaço Público – 1.ª Fase – Remodelação de Infraestruturas Eléctricas**”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Nota Justificativa do Preço Proposto
- b) Declaração de Proposta de Preço
- c) Mapa de Quantidades
- d) Plano de Trabalhos, meios técnicos e plano de pagamentos
- e) Certidão de Registo Comercial
- f) Alvará

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.



5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a Entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Aveiro, 12 de Abril de 2018

 João Santos & Coelho, S.A.
A Administração
João Santos